



## ATA DA 180ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA

Aos 22 dias de junho de 2016, sob a presidência do Senhor Secretário Rodrigo Pimentel Pinto Ravena, realizou-se a 180ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável - CADES, convocada com a seguinte Pauta:

### Expediente:

1. Discussão e votação da Ata da 179ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.
2. Posse do senhor **Domingos Leôncio Pereira**, como conselheiro suplente, representante do Departamento de Parque e Áreas Verdes - DEPAVE da SVMA, no CADES.
3. Sugestões para inclusão na pauta desta reunião.

### Ordem do dia:

1. Exposição sobre a Agenda 21 à Agenda 2030 e a relação com as atribuições dos Cades Regionais, pela Assistente Técnico da SVMA Maralina Matoso.
2. Sugestões para Pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

### Anexos:

- Ata da 179ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.

**Secretário Rodrigo Ravena:** Bom dia. Vamos dar início à 180ª reunião plenária ordinária do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da cidade de São Paulo. Hoje é dia 22 de junho de 2016, quarta-feira, 9h30. Vamos passar para o primeiro ponto do expediente, que é a discussão e votação da ata da 179ª Reunião Plenária Ordinária do CADES. Alguém tem alguma observação, alguma correção, alguma manifestação quanto à ata da reunião anterior? Então coloco em votação. Se



todos concordarem, permaneçam como estão. **Está aprovada a Ata da 179ª Reunião Plenária Ordinária do CADES.** Vamos passar ao segundo ponto da pauta, que é a posse do senhor Domingos Leôncio Pereira, como Conselheiro Suplente, representante do Departamento de Parques e Áreas Verdes, DEPAVE, da Secretaria do Meio Ambiente, no CADES. Bem-vindo. Parabéns. Considere-se empossado, Domingos. Obrigado. Não. É para parabenizar. O Domingos tem uma atuação destacada na Secretaria, e... Não. Eu sei. Estou brincando também. Eu estou aproveitando a sua fala para fazer um elogio para um funcionário que merece. Terceiro ponto da pauta, são as sugestões para inclusão na pauta desta reunião. Alguém tem algum ponto para discutir nesta reunião? Por favor, Cristina.

**Cons. Cristina Antunes:** Bom dia. Cristina Antunes, SAJAP. Eu queria retomar, como solicitação no final dessa reunião, duas pautas que não foram atendidas. O negócio do metrô... A questão do metrô, e o levantamento das condicionantes da Linha Ouro.

**Secretário Rodrigo Ravena:** A gente faz a convocação. Já está no DPP esse pedido para ser encaminhado. Eu acho que as negociações são lá com o metrô, para ver as datas possíveis para eles.

**Cons. Cristina Antunes:** A gente pode deixar isso para o final da reunião, porque eu tenho comentários a fazer sobre isso.

**Secretário Rodrigo Ravena:** Tudo bem. Então passamos agora, para o primeiro ponto da ordem do dia, que é exposição sobre... Pois não? Pois não?

**Cons. Carlos Sanseverino:** Nós, da Ordem dos Advogados do Brasil, gostaríamos de sugerir o debate sobre a questão do zoneamento. Nós estamos em um momento em que a necessidade do decreto regulamentador do zoneamento. Acho que esse sistema tem que passar por aqui, porque tem uma imediata repercussão na questão ambiental da cidade. Uma sugestão da Ordem é que a gente traga aqui, um expert... podemos trazer os próprios vereadores envolvidos, mas sobretudo, o debate sobre a questão da importância, da iminência e da urgência do decreto regulamentador, que está emperrando cada uma das regionais da prefeitura em São Paulo, que tem se movimentado via medidas judiciais, Secretário. Então a nossa sugestão é que o tema seja debatido aqui no CADES, para que a gente tenha aqui uma moção desse importante Conselho. Bom dia.



**Secretário Rodrigo Ravena:** Está bem, doutor. Vamos... Está anotada a sugestão de inclusão da pauta. Providenciaremos, não sei se na próxima, mas faremos um encaminhamento para tentar trazer o maior número de pessoas possível, para se fazer esse debate. Mais algum ponto? Então vamos passar para o primeiro ponto da ordem do dia, que é a exposição sobre a Agenda 21, a Agenda 2030, e a relação com as atribuições dos CADES regionais pela Assistente Técnica da Secretaria do Verde e Meio Ambiente, senhora Maralina Matoso. Por favor, 30 minutos para exposição.

**Maralina Matoso:** Bom dia a todos e a todas. Bom, como o Secretário já falou, Maralina Matoso. Eu vou fazer essa exposição hoje, começando a... Bom, o objetivo então, dessa reunião, é apresentar a Agenda 2030, a partir da Agenda 21. Então o recorte que se faz aqui é a partir da Agenda 21, e mostrar como foi acontecendo essa evolução, e como que a gente chega na Agenda 2030, que deve ser implementada e mobilizada a partir de janeiro de 2016. E falar qual é a estratégia que a gente vai utilizar para apresentar a Agenda 2030, a partir do Departamento de Participação em Políticas Públicas aqui da Secretaria do Verde. Então, o primeiro ponto... como que vamos mobilizar, como vamos apresentar a Agenda, é partindo das atribuições dos CADES regionais. Então, uma das atribuições dos CADES regionais é apoiar a implementação da Agenda 21 local, no âmbito de cada subprefeitura, e promover ações conjuntas com outros Conselhos que atuem na região das subprefeituras correspondentes, como os Conselhos de parques, Conselhos de segurança, saúde, o CADES. Então por isso que, inclusive, estamos fazendo essa apresentação hoje. E nós fizemos uma portaria também em dezembro de 2015, a portaria 90, que ela adota os objetivos de Desenvolvimento Sustentável definidos na Agenda 2030. Então é a partir dos CADES regionais, dessas atribuições, que a gente passa, então, a fazer a mobilização. Então eu gostaria de fazer uma retomada, fazer uma pincelada, na verdade, da Agenda 21. Como que foi esse processo, como que isso veio andando. Nós temos 24 anos, desde a Eco92, que ela surge na Conferência das Nações Unidas sobre o meio ambiente. Foi um documento que surge para concretizar uma política global, e é um instrumento de planejamento que visa, ou visava construir sociedades sustentáveis, a partir de métodos que conciliassem o equilíbrio ambiental, justiça social e eficiência econômica. Esse documento, ele traz 40 capítulos. E nesses 40 capítulos, ele têm quatro eixos. Quatro sessões. E aí, eu gostaria de destacar essas sessões, para fazer uma conexão com a Agenda 2030. Por quê que a gente, hoje, está falando em Agenda 2030, e o que tem a ver, o que a gente consegue resgatar da



Agenda 21? O que a gente traz de bom da Agenda 21 para a Agenda 2030? Então na primeira sessão, uma das três sessões, são as dimensões econômicas e sociais. Aqui então, dentro dos 40 capítulos da Agenda 21 têm vários capítulos que vão se dedicar a essas dimensões econômicas e sociais, que referem-se a trabalho e renda, demografia, assentamentos humanos, saúde. Tudo que se refere ao ser humano. E aí depois a gente vai ter a outra sessão, que é a conservação e gerenciamento de recursos. Então vai mesmo aquele olhar para a questão física, para o planeta mesmo. Então você vai ter aquele cuidado, aquele olhar para as florestas, oceanos, atmosfera, saneamento básico, biodiversidade, etc. A outra sessão da Agenda 21 vai falar do fortalecimento do papel dos grupos principais. Quem são esses grupos principais? Então aí vão estar contempladas mulheres, crianças, jovens, índios. Aí vêm sindicatos, comércio, indústria. Enfim, esses grupos. E a quarta sessão vai falar dos meios de implementação. Então como que nós vamos fazer com que a Agenda 21 funcione. Por quais meios de implementação. Então aqui a gente vai falar de cooperação internacional, de capacitações, sensibilização, mobilização da sociedade, incentivo por meio da iniciativa privada, e etc. Bom, na cidade de São Paulo, a Agenda 21, tem um primeiro momento, motivada pela Eco92. Então, num primeiro momento, a cidade de São Paulo, em 1996, através da resolução 1796, surge a Agenda 21 local, o compromisso do município de São Paulo. Isso em 1996. A partir da década de 2000, mais especificamente em 2003, a Agenda 21, passa por uma revitalização. Ela tem esse segundo momento, e onde, aqui em São Paulo, surgem vários processos de Agenda 21. Inclusive é nesse momento que eu, particularmente, entro e conheço a Agenda 21 a partir de 2003, e participando de alguns grupos, depois vim para a Secretaria. Foi a primeira vez que eu vim para a Secretaria do Verde trabalhar no programa da Agenda 21 daquele momento. Enfim, a Agenda 21, nesse segundo momento, cria e fomenta vários processos de Agenda 21 nos âmbitos das subprefeituras. Porque aí a gente tem a criação das subprefeituras, então vários processos surgem daí. Porém, também na década de 2000, a gente tem a entrada dos ODS – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. E eram oito objetivos que nós deveríamos alcançar aí, no milênio. E esses objetivos de desenvolvimento sustentável do milênio, eles deram muito certo. Então você têm aqui os oito. Desses oito objetivos, obteve-se aí um sucesso. E com exceção, se eu não me engano, do 5, que é melhorar a saúde das gestantes, que foi uma meta que não foi alcançada, mas percebeu-se que se eram oito objetivos do milênio, e nos primeiros 15 anos a gente já conseguiu atingir,



então por que não sermos mais ousados, e partir para mais objetivos? Então é a partir desse sucesso dos objetivos do milênio que ousa-se ampliar os objetivos. Nesse meio tempo, os processos de Agenda 21... o que acontece? A Agenda 21, no próprio documento, lá naqueles 40 capítulos, ela diz que ela, por ser dinâmica, ela é passível de evolução. Então, ela evoluiu. Por quê? Eu acho que a grande contribuição da Agenda 21 é que ela foi um documento que, pela primeira vez, conseguiu colocar na mesa para discutir os problemas locais, a iniciativa privada, o poder público e a sociedade civil. Porque antes a gente tinha aquela coisa: ou era a sociedade civil conversando com o poder público, ou a iniciativa conversando com o poder público, e nunca os três juntos. Então eu acho que o grande legado da Agenda 21 é esse tripé. Mas a Agenda 21, ela não tinha... Ela não trazia, por exemplo... a gente não tinha metas, indicadores. Então como que a gente mensura... Até tem uma pesquisa que saiu em 2009, para mensurar... para tentar mensurar o que de fato... as transformações que foram decorrentes da Agenda 21. Mas há uma dificuldade de mensurar isso, embora muitas coisas foram feitas. Muitos processos foram realizados. Então a Agenda 2030 vai levar em consideração tudo que a Agenda 21 pensava. Aquelas dimensões lá, aqueles eixos que eu citei, os quatro eixos, ela vai trazer, mas de uma maneira diferente. Ela vai contemplar todos eles. Mas apresentando de uma maneira diferente. E então, nos últimos dois anos, se discute no âmbito da ONU, essa nova Agenda, para que a gente possa iniciar um novo ciclo, a partir de 2016. Então a gente vai chamar de Agenda de Desenvolvimento Sustentável, pós 2015. A Agenda 2030, que vai ser também um conjunto de programas e ações e diretrizes que orientarão os trabalhos das Nações Unidas, e os seus países membros, rumo ao desenvolvimento sustentável. A vantagem aqui, é que na Agenda 21, enquanto lá na época de 1992, 179 países assinaram o acordo, a Agenda 2030, todos os países acordaram. Todos os países entraram em um consenso. E eu, que participei outro dia do Primeiro Encontro Estadual de ODS, dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, e a representante do PNUD aqui no Brasil, diz o seguinte, que nós estamos em um momento de mobilização, e que, às vezes, a gente olhando para os objetivos do desenvolvimento sustentável, 17 objetivos, então pode ser que às vezes a gente pensa, ah, por que não tem isso ou aquilo? Mas quando você faz um acordo que dessa vez é mundial, então você consegue fechar um acordo que foi possível naquele momento. Bom, então, a outra novidade é que... aliás, o diferencial aí, então, que a agenda 2030 traz 169 metas. Então a gente não tinha metas muito bem claras na Agenda 21, e agora a gente tem 169



metas. Mais 231 indicadores. Então você têm os 17 objetivos, com 169 metas e 231 indicadores. Isso faz com que a gente parta de algum lugar. A gente consiga mensurar. Porque daqui, tudo que a gente fizer com olhar nos objetivos de desenvolvimento sustentável a gente passa a trabalhar com metas e indicadores. Então é isso: o momento que a gente está é de mobilização. A proposta, então, é passar a pensar os planos. Sejam eles o plano diretor, planos de bairro, planos regionais, contemplando os ODS. Olhando cada vez que nos sentarmos para discutir os nossos planos e construir os nossos planos, e falar assim: onde estão os ODS aqui. Então essa é a ideia. A agenda 2030, ela vai trabalhar em torno do que a gente chama de 5 Ps., que são pessoa, planeta, prosperidade, paz e parceria. E indo para os finalmente, eu trouxe, então, a comparação dessas sessões da Agenda 21, para vocês verem como ela contempla a Agenda 2030, os objetivos de desenvolvimento. Ele está inserido naquelas sessões, naqueles eixos da Agenda 21. Então por exemplo, se eu pego o ODS1, que é acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares, aonde que esse ODS se enquadra nesses eixos da Agenda 21? Então eu já reconheço... Eu, pelo menos, reconheço como sendo que se trata do ser humano. A sessão 1, que vai falar das dimensões econômicas e sociais. E também, principalmente, o 3, que é fortalecimento do papel dos grupos principais. Lá atrás a gente falava do fortalecimento das mulheres, jovens, crianças. Então aqui, o ODS1 fala em acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares. Aí você tem o ODS2, acabar com a fome e alcançar a segurança alimentar. Melhorar a nutrição. E aí, você vai percebendo que você consegue identificar cada um deles nesses eixos da Agenda 21. Porém, agora, a gente têm as metas e os indicadores. E aí, sucessivamente. Aí, eu gostaria de saber se eu posso passar e ler cada um dos 17, ou... porque eu não sei qual que é a familiaridade de vocês com os 17 objetivos. Bom, então, nós temos o terceiro, que é assegurar uma vida saudável, promover o bem-estar para todos. O quarto é garantir a educação, inclusive equitativa, de qualidade. O cinco, alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas. O seis, garantir disponibilidade e manejo sustentável da água. Então perceba que a gente já passa ali para aquela sessão dois, que é conservação e gerenciamento de recursos para o desenvolvimento. Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusive sustentável. O nove, construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização, inclusive. Reduzir a desigualdade entre os países e dentro deles. Aqui eu resalto que é



interessante, porque todos os países fazem parte. Eles têm que ter a preocupação, mesmo aqueles que são muito ricos, que às vezes lá na Agenda 21 não foram signatários, porque acharam que seus problemas estavam resolvidos. Mas não. Hoje, todos os países, eles têm, aliás, principalmente porque são muito ricos, eles têm bastante responsabilidade para com os demais. O onze, tornar as cidades e os assentamentos humanos, inclusive, seguros e resilientes. O doze, assegurar padrões de seguro e produção sustentável. Treze, tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima. Então a gente está aí com a COP21, e a gente... Brasil, mais uma vez, firmou aí os compromissos de redução das emissões. Quatorze, conversar e promover o uso sustentável dos oceanos. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável nas florestas. Promover sociedades pacíficas, inclusive para o desenvolvimento sustentável. Então a gente está vivendo em um mundo muito violento, e aí a gente fala que os CADES regionais, nosso sobrenome é Cultura de Paz. Então a gente tem que colocar isso como uma das primeiras coisas de perseguir a paz, não é isso, para que ela esteja aí, entre todos. E o dezessete, fortalecer os mecanismos de implementação e revitalizar a parcela global. Então, mais uma vez aí, tem a coisa de fortalecer... quais os meios de implementação. Bom, aqui então, a partir do departamento de participação em políticas públicas da Secretaria, então essa primeira ação que a gente está fazendo é mobilizar, a partir dos CADES regionais, aproveitando que inclusive, estamos fazendo novas eleições. Aí, uma renovação dos CADES. Aproveitando aí, a motivação que estão os Conselheiros, e essas atribuições que o Conselho tem. Então a gente tem começado por aí. Mas isso tem que se espalhar. A ideia da Agenda 2030, ela é para o Brasil inteiro, para todos os cantos, em todos os âmbitos. Mas a gente começa por aqui, então estamos fazendo reuniões institucionais, visitas a todas as subprefeituras, apresentando a Agenda 2030. E depois, apresentando para os Conselhos. E aí, para que a partir daí, o Conselho ajude a fazer as ações no território, no local, com olhar para os ODS. Então assim, eu fiz esse recorte da Agenda 21, porque às vezes a pessoa pensa o que está acontecendo? Não tem mais Agenda 21. Morreu. Essa Agenda 2030, o que é? Na verdade, eu acredito que o que veio acontecendo foi que, ela está de roupagem nova, vamos dizer assim. Ela está contemplando coisas que talvez não contemplasse antes. E o grande pulo do gato aí, são as metas e os indicadores. A partir dessa mobilização também, a gente pretende, então, fazer seminários e encontros esse ano para continuar aprofundando o tema, para





sensibilizar cada vez mais. Bom, era isso. Então, obrigada a todas e a todos. Estou aí, à disposição.

**Secretário Rodrigo Ravena:** Obrigado, Maralina. Está aberta a palavra para os Conselheiros.

**Cons. Carlos Sanseverino:** Eu queria cumprimentar a Maralina pela exposição. E queria fazer uma provocação com a sua licença, Maralina.

**Secretário Rodrigo Ravena:** Por favor, como fica gravado, repete o seu nome.

**Cons. Carlos Sanseverino:** Pois não. Carlos Sanseverino, da Ordem dos Advogados do Brasil. Senhor Secretário, senhores Conselheiros, queria cumprimentar a Maralina Matoso pela exposição. E queria fazer uma provocação. Como nós sabemos, nós, aqui, deste Conselho, estamos em um Conselho de uma das cinco maiores cidades do planeta. Portanto, a nossa responsabilidade é muito grande. Nós estivemos representando o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, na COP21. E lá, senhor Secretário, como presidente da Comissão Nacional de Direito Ambiental, nós participamos, representando a delegação brasileira, das discussões sobre as grandes metrópoles. Há uma discussão que aparentemente é um paradoxo, que é a herança das cidades do passado. Doutor Murilo aqui presente conhece bem essa história. De que antigamente nós caminhávamos para o centro de São Paulo, não é doutora Célia. Hoje nós temos uma descentralização porque é impossível, em uma cidade como São Paulo, que das 18 às 20h00, ela vira cidade média de 12km/h. Nós sabemos, cada um de nós aqui, o custo do deslocamento até para chegar nessa reunião, já que a gente vem de diversos locais, portanto, há uma maneira de pensar nas Agendas das grandes cidades, de que os bairros, portanto, os núcleos, deveriam ter a sua independência. Mantendo as suas características de locais residenciais, mas com eixos residenciais. Próximos aos eixos residenciais, sistemas de abastecimento. Isso, como maneira de pensar as grandes cidades. Uma coisa que nos preocupa, e que a gente tem proposto, e foi objeto de proposta e debate, é que nos países chamados de Primeiro Mundo, é item básico, senhor Secretário, a educação ambiental. E não de forma transversa. Então a Ordem dos Advogados do Brasil gostaria de, nesta reunião, propor para que, além da Agenda, nós pudéssemos tirar aqui, com um consenso comum dos Conselheiros, de que a proposta, a partir do nosso Secretário, de levar ao prefeito, de que nós não tenhamos mais





educação ambiental na cidade de São Paulo, como linha transversa, mas como obrigatória. Porque se nós pretendemos eliminar a pobreza, eliminar a fome, caminhar pela nutrição, não existe outro caminho que não a educação das nossas crianças. Então eu gostaria que houvesse uma reflexão desse Conselho. Que o senhor colocasse em votação, para que nós pudéssemos propor como uma resolução, como item de obrigação, a questão da educação ambiental a partir das nossas escolas municipais. Porque esse é um primeiro item. Segundo, gostaria dessa linha de descentralização, de um comentário da Maralina, sobre a questão de como se está pensando essa Agenda... Já pensando em 2030, nessa linha de descentralização, se ela compactua com o atual modelo de gestão que nós temos, de administração da cidade. Por hora, é isso, senhor Secretário. Muito obrigado. Fico aguardando um posicionamento quanto à votação da educação ambiental.

**Secretário Rodrigo Ravena:** Quer falar primeiro, Maralina, eu falo depois? Ou quer que eu fale primeiro e você fala depois? Democracia. Pode escolher. Eu só estou Secretário. Não sou Secretário.

**Maralina Matoso:** Ah, está bom. Bom, eu vou falar sobre como que a gente pode pensar a Agenda 2030. Como eu disse, nós estamos em um momento de mobilização. E aí, mais uma vez, vou reproduzir aqui, a fala da representante do PNUD, nesse primeiro encontro estadual, que ela diz o seguinte: nós temos uma agenda. Temos os 17 objetivos. E nós não estamos aqui para falar para vocês como tem que ser. Como vocês têm que fazer. São vocês que têm que nos falar como temos que fazer. Então, mais uma vez, é a coisa da construção conjunta. Me parece que o importante é que, em cada âmbito... Já que a cidade de São Paulo é tão grande. Uma cidade que têm várias cidades dentro, é que em cada local, quando a gente pensar os nossos planos de bairro, de regionais e tudo que a gente pense, esteja contemplado nos ODS. Mesmo pensando em um local e quando for sentar para construir os planos, com a participação de toda a sociedade. Porque não há outra maneira. Porque nós realmente vivemos em uma cidade bastante complexa. Então, a Agenda 2030, o desafio é porque nós estamos fazendo junto. Assim como a gente começou lá atrás, com Agenda 21, que foi o mesmo processo, nós colocamos a metodologia para implementar a metodologia da Agenda 21, então foram vários grupos por todo o Brasil, fazendo os processos de Agenda 21. E agora, mais uma vez, todos nós estamos juntos, da mesma forma. Só que agora, o que surge depois da década de 90... E a gente têm os planos que vão dar uma diretriz para a



gente. Então é na construção dos planos que a gente tem que ter bastante cuidado. E cada um olhar para o seu território, respeitando as especificidades desse território. E é fazendo junto.

**Secretário Rodrigo Ravena:** Obrigado, Maralina. Sem acatar a provocação, mas participar do debate, acho que não é uma provocação. Eu acho que a orientação da Secretaria parte do princípio que, sem duas coisas, é impossível a gente fazer qualquer coisa. Sem participação popular é impossível governar, e sem educação é impossível viver na cidade. Então a gente tem incentivado os projetos que incorporam educação ambiental, e está dando uma liberdade maior para a UMAPAZ criar e interferir nos cursos, e a gente tem, sempre, sugerido que a educação ambiental seja implementada sempre que qualquer projeto da Secretaria seja encaminhado. Nesse ponto, e considerando os 17 itens que compõem a Agenda 2030, eu acho que a educação ambiental permeia os 17. Eu acho que a educação permeia qualquer objetivo. A educação ambiental faz parte dos 17. E como a Maralina bem destacou, eu acho que a gente tem que trabalhar em conjunto para receber de vocês, as orientações de onde e como essas coisas deveriam participar. Como foi pedido, eu coloco em votação. Tem só uma questão. O CADES não tem o poder de sugerir pauta para a educação. Mas a gente pode apresentar uma moção, um pedido, uma orientação, e essa moção eu posso... eu ponho em votação, para ver se os Conselheiros concordam com que a gente encaminhe uma orientação, um pedido de que isso seja contemplado nas discussões do Conselho, que trata especificamente da educação no município.

(colocação fora do microfone)

**Cons. Carlos Sanseverino:** A proposta nossa é, pode ser, como o senhor bem sugeriu, por intermédio de uma moção. Mas é que isso já foi objeto de debate na Secretaria Estadual, onde também nós ocupamos lá, no Conselho Estadual do Meio Ambiente, e acho importante ficar claro para os senhores Conselheiros, que são representantes da sociedade. É para que nós deixássemos de olhar a educação ambiental como linha transversa. Não olhar a educação ambiental pela geografia, pela história, ou por outras agendas transversas. Olhar a educação ambiental como obrigatória a cada criança dessa cidade, como obrigatória a cada criança do estado. Isto é objeto, como se diz, do plano de base da ONU. E foi tirado na COP21, como linha referencial para todos os países desenvolvidos. Então nós estamos trazendo essa opinião para este Conselho da cidade



de São Paulo, e gostaria que Vossa Excelência, então, levasse uma moção de recomendação da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente para o prefeito e para a própria Secretaria da Educação, como sugestão. Não vejo problema. Acho até saudável que nós lidamos com o meio ambiente.

**Secretário Rodrigo Ravena:** Só para reforçar. A posição da Secretaria é que a educação ambiental é obrigatória. A posição da Secretaria é que a educação ambiental faz parte de todo e qualquer projeto que envolva desenvolvimento sustentável, cuidado do verde, desenvolvimento ambiental, melhoria da qualidade de vida na cidade. Tudo isso, sem educação ambiental, não funciona. Então por parte da Secretaria, isso... Até porque um dos departamentos da Secretaria que é a UMAPAZ, só cuida disso. Ela existe para divulgar e fazer educação ambiental.

**Cons. Carlos Sanseverino:** Porque ela não existe como cadeira. A educação ambiental como cadeira na educação (incompreensível), não existe.

**Secretário Rodrigo Ravena:** É isso que eu estou discutindo. Acho que a gente pode aqui... não é a função deste Conselho. Nós não temos este poder, mas a gente pode, com uma moção, como uma indicação. E eu acho que ela tem menos força, essa moção, do que se isso se incorporar a um projeto de discussão da Agenda 2030. Porque a gente... a Agenda 2030, necessariamente, e até por decorrência da COP21. Todas as metas da COP21, se não passarem pelos municípios, isso está muito claro para mim, ninguém vai conseguir cumprir nada. Não existe mais Agenda Nacional. Quer dizer, a despeito do trato ser nacional, dos financiamentos serem internacionais, entre nações. Apesar de ter sido firmado pelo governo federal, a minha opinião é que essa nova agenda deveria ter sido firmada pelos prefeitos do mundo inteiro. Porque sem a participação das cidades, especificamente, essa agenda não se cumpre.

**Orador não identificado:** Todo mundo mora em uma rua, não é, Secretário?

**Secretário Rodrigo Ravena:** É. Se deixar só para os governos federais cuidarem, pode esquecer. Não vai funcionar. Então, por isso, esse debate. Por isso, trazer e abrir para os CADES regionais, abrir debates, abrir seminários, pedir a participação de todo mundo, porque se isso não for aberto, e não sair dos municípios e das microrregiões, mesmo que algum município não tenha o tamanho suficiente para implementar, vai participar das metas e objetivos nacionais. Não se cumprem as agendas. Não se cumprem as



metas. Não se atinge os mínimos necessários naqueles 169 critérios de apuração. Então eu acho que a gente pode estar em votação. Eu coloco em votação a moção, ou a recomendação, ou a sugestão. Pode falar.

**Marco Antônio da Lama:** Bom dia a todos e todas. Eu sou Marco Antônio da Lama. Assessoria da CUT de São Paulo. Sou também ativista e pesquisador da área ambiental. Eu acho que pode ser interessante a gente pensar em uma cadeira de educação ambiental. Mas um debate sobre tirar a transversalidade da educação ambiental, eu acho que é um debate político, ético, epistemológico, muito grande, muito forte, que demanda cursos de graduação, de pós-graduação. E acho que fazer uma moção assim, a toque de caixa, sem uma discussão densa, me parece perigoso. É isso.

**Cons. Carlos Sanseverino:** Não. Porque foi citado, senhor Secretário, para lembrar o seguinte. Não se trata de excluir uma coisa. Se trata de incluir outra. Em nenhum momento, nós deixamos de falar que a transversalidade deve continuar havendo como educação ambiental de forma genérica. Nós estamos dizendo: além disto, ter também a educação ambiental como base nas escolas municipais de São Paulo.

**Secretário Rodrigo Ravena:** Eu vou dar minha opinião, antes de passar a palavra. Eu acho que a gente precisa começar, eu vou repetir isso 200 vezes, enquanto eu for Secretário. Começar a usar as coisas, olhar para as coisas de outro lugar. A gente está olhando para esta questão da educação do mesmo lugar. Põe na cadeira aí. Está bom. Põe lá na cadeira e serve para quê? Quer dizer, tem que pensar os mecanismos para que isso seja efetivo. Transformar simplesmente em uma cadeira, e aí já votando, eu sou contra a moção. Vou deixar isso claro. Porque eu acho que não é competência deste Conselho. E eu acho que a gente precisa olhar para esse tipo de orientação, e para esse tipo de pensamento, de um outro lugar. A gente precisa olhar para a participação da educação ambiental, em outros projetos. Não simplesmente ser mais uma cadeira. Eu tenho dois filhos pequenos. E eu olho para eles. E se eles tiverem mais uma cadeira obrigatória, os dois vão ficar loucos. Porque eles não querem mais uma cadeira. Eles querem menos uma. Eles querem mais espaço de lazer, e menos espaço de educação. Então a educação ambiental, quem tem que dar, sou eu. Esse é o meu pensamento. E nas ações públicas, quem tem que dar a educação ambiental é quem implementa a ação pública. Eu acho que esse é um debate complexo, como você falou. É uma coisa um pouco maior.



**Cons. Eduardo Aulicino:** Bom dia a todos. Meu nome é Eduardo Aulicino. Represento aqui hoje a Mônica, Conselheira Titular da UMAPAZ. Eu queria dizer que organizar uma fala nesse sentido é até difícil. Mas como todos sabem a educação ambiental tem que estar participando em todas as ações humanas. Isso, do ponto de vista econômico, social. O que a gente quer, a OAB está batendo firme nisso. E eu entendo isso. Mas é uma questão que ela coloca com uma certa urgência, e de resolver de uma hora para outra. Isso a gente não consegue. Corremos o risco de estabelecer uma cadeira de educação ambiental como foi, no passado, a Educação Moral e Cívica. A gente passa a delegar isso para a Secretaria da Educação, é uma matéria do colégio, enfim, isso, eu acho que tem um certo efeito no futuro. Eu tive Educação Moral e Cívica. Muitos dos senhores aqui presentes também tiveram essa matéria. E eu me engrandeci. Colaborou com a minha formação, essa matéria. Eu acho que educação ambiental também pode ter essa função. Só que nós corremos o risco de ela ficar enclausurada em uma cadeira escolar, mais nada. Hoje, como a Maralina falou, para a gente pensar em implantar essas ações todas, a gente tem que pensar aqui, localmente. Nós estamos em vias de ter uma eleição, uma nova gestão. A gente fala em CADES regionais, as subprefeituras. O ideal seria que os nossos gestores, futuros gestores, que já entrem na nova gestão sendo capacitados quanto a esses objetivos que ficam muito na base do voluntariado, as pessoas atuarem nesse setor. Têm várias metas que estão muito ligadas à gestão. À gestão pública. Meio ambiente, verde, água, resíduos. A gestão está implantando, que elas precisam ser continuadas, e precisam ser intensificadas. Plantio... Arborização urbana, enfim, essa nova gestão que vai se iniciar, ela precisa... A gente não pode, ao longo dela, 2030, quem sabe no último mês de 2030, a gente estar fazendo um seminário. Mas não. Deve-se começar agora. Que é fundamental isso. Concordo com o colega que disse em relação a fazer uma moção, é muito breve. É muito rápido a gente chegar aqui e fazer uma votação. Eu acho que isso precisa ser muito aprofundado, em um âmbito maior. É isso.

**Cons. Sueli Rodrigues:** Bom dia a todos. Eu sou Sueli Rodrigues, do CEMAIS de São Mateus, vizinha dos aterros sanitários de São Paulo. Dentro da concepção de educação ambiental, eu entendo que a nossa sociedade esteja precisando muito mais de uma educação cidadã do que uma educação ambiental. Porque ela se torna muito mais abrangente. Sempre defendi a obrigatoriedade também da educação ambiental. Hoje eu faço pós-graduação na UNIFESP, de educação ambiental para cidades sustentáveis. E



percebo que não vai ser a obrigatoriedade que vai mudar a maneira como as pessoas tratam o planeta. Cuidam do planeta. Eu acredito muito na educação cidadã. A moção seria só mais um documento que seria encaminhado. E essa discussão precisa realmente ser ampliada. A questão da Agenda 2030, me chama muito a atenção, e ela menciona o Conselho Regional como um instrumento de fomento para essa questão. Só tem um detalhe, Secretário. Os Conselhos Regionais não têm base nenhuma. Não têm condição mínima de trabalho. Ontem foi a primeira reunião do Conselho de São Mateus a qual eu fui reeleita. Eu já estive lá por seis anos. E a gente simplesmente não consegue fazer nada. Nós não temos uma folha de papel para escrever alguma coisa. A subprefeitura não dá nenhum apoio. As pessoas que estão como conselheiras, não sei, falo pela minha região, muitas delas, não sabem nem o que estão fazendo lá. Estão lá porque alguém falou: olha, você vai ser candidato ao Conselho de Meio Ambiente. Então a gente precisa pensar. Retomar a capacitação dos Conselhos Regionais. Isso, inclusive, foi discutido, e vai constar na ata de ontem. E eu trago isso como pedido também dos Conselheiros que vão tomar posse em São Mateus. O que é de fato o Conselho Regional? Ele, realmente, é o maior instrumento que a Secretaria do Verde pode ter lá no local, para fazer e provocar mudanças. Então eu gostaria de ficar registrado isso, a pedido. Para que se retome a capacitação dos Conselhos Regionais. Para que, de fato, pense em alguma estrutura mínima. Condições de trabalho, para que o Conselho, por exemplo, possa ir fazer uma vistoria nos parques. Eu soube que o Secretário esteve na região de São Mateus, lá no Parque do Jardim da Conquista. Sabe de tudo que a gente vive em São Mateus em termos de preservação ambiental. Que a luta é muito grande. Mas que o Conselho, sem nenhuma estrutura, fica muito difícil. O trabalho é todo voluntário. Eu, particularmente, posso me dar ao luxo de fazer um trabalho voluntário. Mas de uma maneira geral, as pessoas não podem. Por mais boa vontade que a sociedade civil tenha, ela precisa de apoio, seja da Secretaria do Verde, seja da Secretaria da Educação. Ela precisa de estrutura. O Conselho Regional precisa de estrutura para poder contribuir com as políticas públicas. Obrigada.

**Cons. Célia Marcondes:** Bom dia a todos. Sou Célia Marcondes. Sou advogada, e aqui represento a Ecóleo, que é uma Associação Nacional. Acho que o colega falou com tanta propriedade da questão da educação ambiental. Se nós tivéssemos isto amplamente difundido, a onça não teria sido morta. Aliás, exposta da forma que o foi. Nós estamos envergonhados. E somos matéria no mundo inteiro. No exército, que tem o dever de



cuidar do meio ambiente, além das outras obrigações, expôs a ridículo o nosso país. Isso é uma questão de falta de educação ambiental. De ética. Então, isto é realmente fundamental. Ai concordo com os colegas de que isto fica como pano de fundo, como base para a sociedade, a educação ambiental, mas realmente uma moção ou qualquer providência, a Secretaria já vem tomando há anos, segundo eu sei. Uma outra questão é o Plano de Bairro. Realmente, cada bairro deve se unir, estudar a fundo, fazer um diagnóstico, um inventário da sua região, e entregar para o poder público aquilo que ele precisa, aquilo que ele conhece a fundo, aquilo que ele vive diariamente. Nós passamos por isto. Nós, eu digo, da região do Cerqueira César, por ocasião do zoneamento da cidade. Mas Cerqueira César, nós conseguimos porque as condições são outras. Conseguimos contratar profissionais altamente capacitados. Os melhores profissionais de São Paulo, para fazer o Plano de Bairro. Para fazer um estudo sobre o zoneamento. Mas quais bairros da cidade de São Paulo têm condição disto? Quais outros? São poucos. Poucos. Então eu acho que a prefeitura precisa ajudar. Destinar uma verba, ou alguma coisa, e como isto vai se processar em cada bairro. Realmente, é o que disse a colega. Não tem dinheiro para comprar uma folha de papel para escrever o que se pensa. Então contribuição, temos muitas. Às vezes, a gente se surpreende que vai a um bairro longínquo, e o conteúdo é fantástico. Mas não tem mecanismos para levar isto à frente. Então acho que o que a gente precisa aqui é ter verba, ter condição do bairro trabalhar, contratar profissionais para falar de cada área, e aí sim, ter um Plano de Bairro robusto, decente, para levar à frente. E depois de cada um desses pedacinhos, juntamos a cidade de São Paulo, e vamos ver a cidade que precisamos para poder sobreviver. Para melhoria de qualidade de vida de todos. Então isto é importantíssimo. Que verbas as pessoas terão? Como vão fazer isto? Como levar isto à frente? Então eu acho que o fundo que a gente tem aqui, pode ser destinado a isso, até. Obrigada. Bom dia.

**Maralina Matoso:** Bom, vou retomar o que algumas pessoas aqui falaram. Lembrar que a Política Nacional de Educação Ambiental, que foi discutida exaustivamente. Todas as vezes que a gente fala em criar uma disciplina obrigatória de educação ambiental, então depois de várias discussões, a gente sempre chega no consenso de que a educação ambiental, ela permeia todos os saberes, então ela não tem como ficar aprisionada, mesmo, em uma cadeira. Concordo que essa questão da moção, assim, dessa forma, sem ampliar o debate, não seria adequada. A questão de coisas que são feitas, por exemplo, a gente fala de educação ambiental. Mas a Sueli falou da educação cidadã. E a





Célia está falando de ética. Então também é uma coisa. A gente está com uma crise de civilização. Eu acredito que a educação ambiental, ela traz a discussão da ética e da questão cidadã, porque isso precisa ser bastante estimulado nessa sociedade. Porque as coisas estão assim absurdas, como por exemplo, da onça, acontecem. A questão da educação ambiental, temos lá as diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental. Acho que ficar em uma cadeira não seria adequado, porque repito educação ambiental, ela permeia todos os saberes. Então, sobre os seminários da gestão. Nós temos que investir, porque a gente está em um momento de mobilização, como eu falei. Então a gente está até pensando em um seminário. Ontem tivemos uma reunião com o Secretário e a equipe do DPP para, justamente, discutir o seminário. Estamos começando a desenhar esse seminário, para realizá-lo em setembro. E voltado mesmo para a gestão. Para ampliar a conversa da Agenda 2030, para que alinhemos conceitos, para que a gestão se empodere dos conceitos da Agenda 2030.

**Secretário Rodrigo Ravena:** Estamos pensando setembro. E a ideia é não deixar ele circunscrito à Secretaria. A gente está estudando fazer um seminário fora. Uma das ideias é usar a estrutura da Escola do Parlamento da Câmara, porque a gente leva a discussão para outro foro e traz outras pessoas. Então é ampliar o debate mesmo. É deixar a coisa ampla o suficiente para que todo mundo seja ouvido. E para que isso chegue a quem vai ser gestor. Em quem vai colocar em prática o que tem que ser continuado. Eu acho que a gente precisa partir de um pressuposto... A gente sempre tem um medo. Ah, é o último ano de governo, lá na frente isso vai mudar. Eu acho que essas questões estão bem para além do que é vontade política. Essas questões já permeiam o cotidiano do cidadão. Eu acho que qualquer administrador público que deixe de pensar nessas questões não vai ter muito sucesso. Porque ele vai ser pesadamente cobrado em fazer-se implementar essas questões. E se isso não for implementado também, a gente tem o problema nacional de não conseguir atingir metas que são obrigatórias. Ponto. A gente assumiu o compromisso. O compromisso será cobrado. Pelo menos eu não estou pensando assim. Eu acho que esse é o caminho que estou dando para a Secretaria. Eu não estou pensando que estou no último ano de governo. Eu estou no meu primeiro. Vamos deixar no ponto suficiente e necessário para que não pare. Para que a inércia não breque as coisas positivas que estão acontecendo.



**Cons. Cristina Antunes:** Cristina Antunes, SAJAP. São vários pontos, Rodrigo, que a gente precisava conseguir interconectar. Na verdade, eu acho que um dos principais aspectos que foram mencionados aqui, é a questão da descentralização, de fato. Nós temos subprefeituras com 300 mil moradores / habitantes, mais uma população flutuante de mais de 200. E a gente precisa, portanto, fortalecer esses organismos que a gente tem. Não só os da sociedade civil. Como disse a Sueli, são pífios. Aliás, neste momento, nós nem fomos informados pela Secretaria de que estaria havendo uma eleição para o CADES da nossa região. Ficamos sabendo por acaso, assim, em uma sala de espera que outra vez que a gente veio conversar com você. Então, temos um problema de comunicação, temos um problema de operação, temos um problema muito sério do nível até das próprias pessoas que fazem parte desses Conselhos. Como foi dito também, as pessoas entram sem saber a que vêm. Então, nós temos que investir muito na qualificação dos Conselhos, que são absolutamente indispensáveis. Mas em uma descentralização de fato. Nós temos uma descentralização virtual. As subprefeituras não têm dinheiro. As subprefeituras não têm autonomia de decisão. E as subprefeituras não têm poder de operação. Então, para fazer um manejo de qualquer coisa, uma obra de rua, dependem de passar o chapéu nas Secretarias. Junta-se a isso a falta de conexão entre os próprios órgãos de governo. Eu estava conversando com a Andréa. Nós temos um problema gravíssimo de setores da administração pública, que deveriam trabalhar conectados, e que, muitas vezes, sequer se conhecem. E atuam em um mesmo projeto. Temos o problema de atitudes da própria administração pública, que deveria transmitir mensagens pelo visual. Então quando a gente vê o puma matando metade da cidade, a mensagem que isso passa para uma pessoa que não conhece o projeto, e mesmo para aquelas que... principalmente para aquelas que contestam o projeto é assim: a prefeitura está derrubando árvore. Por que eu vou ter que manter aquela árvore que me incomoda na porta da minha casa? Vou voltar no que a Célia comentou, da lei de uso e ocupação do solo, que acabou de ser aprovada, e que depende, sim, de algumas regulamentações. É uma lei de uso e ocupação do solo que não levou em consideração a questão ambiental. A questão ambiental foi massacrada com uma permissão de aumento da impermeabilidade do solo em áreas que não têm a menor condição de suportar esse acréscimo. Um adensamento construtivo, que vai ver... nós já falamos isso grandes vezes. Vai gerar ilha de calor, vão obstruir corredores de vento, ou vão formar corredores de vento indesejáveis. São políticas contraditórias da própria



prefeitura. Quando falam em tirar carro da rua, mais fazem como estão fazendo. Uma operação urbana que expulsa moradores que moram lá, confortavelmente, para abrir avenida. Para passar carro. Que em túnel não passa ônibus. Em pontes, não passam ônibus. Então têm mensagens contraditórias da administração pública, que precisam ser consideradas. Eu concordo também, que a educação ambiental não depende de uma disciplina. Depende de prática e exemplo. O exemplo que a administração pública dá é péssimo. O exemplo que se dá nas famílias nem sempre é satisfatório. E a prática, eu acho que haver uma disciplina não é o mais importante. Mas as escolas podem praticar a educação ambiental. Quer dizer, têm atividades recreativas que podem incorporar a mensagem ambiental. A necessidade de traduzir os ODS na escala local, vai depender... a possibilidade vai depender, realmente, de uma atitude da administração pública. E aí eu entendo, Mara, que a gente... de alguma forma, a gente até já se antecipou. Na discussão da lei de uso e ocupação do solo, essa questão ainda não se falava especificamente nos ODS, mas a gente falava nos ODM. Os ODM continuam existindo. Quer dizer, a Agenda 21 é de século 21. Não é de ano 21. E a gente está trabalhando na subprefeitura de Santo Amaro, com os poucos recursos e a pouca autonomia que se tem, já trabalhando em cima, com os paradigmas, as referências são os ODS. E a gente tem a possibilidade de neutralizar alguns, eu vou botar entre aspas, "dos malfeitos da lei de uso e ocupação do solo", se sobrepondo... a gente pode se sobrepor a algumas liberalidades, porque os ODS são universais, como foi dito. Portanto, eles têm que se sobrepor à legislação local. E a gente pode ser mais rigorosa do que a lei permite. E com isso, a gente consegue criar um guarda-chuva de proteção ambiental, habitacional, social, com que a lei de uso e ocupação do solo sequer se preocupou. Traduzir esses ODS na ação local vai depender, realmente, de muito esforço. A gente está montando, no Conselho Participativo, uma visita da Nina. A Nina vai lá fazer uma apresentação para nós. Isso daqui tem que acontecer não só nos Conselhos Participativos. A gente tem que ter a convivência, cumplicidades das subprefeituras. E das Secretarias, Rodrigo, para poder fazer encontros com a comunidade, que sejam promovidos pela sociedade civil, em parceria com os órgãos públicos. Isso é um trabalho imenso. Isso é um trabalho imenso. Antes de entrar aqui, eu estava conversando com o engenheiro lá da subprefeitura, para a gente agendar oficinas já para agosto. A gente tem que ter esse reforço da administração pública. E junto com tudo isso, a gente tem que usar esses parâmetros, que são, como você falou, são quantificáveis, são mensuráveis, dentro da



administração pública. Junto com tudo isso, e principalmente. Então quando a gente sabe que um empreendedor chega aqui, Rodrigo, e consegue uma autorização para cortar as árvores da área dele, e que a prefeitura não tem pernas para fiscalizar o que ele fez depois disso, e você sabe que a gente não tem mesmo, a gente precisa pensar, repensar esse cardápio de ações da administração pública. Isso, sem ignorar, sem deixar de lado, o fato de que todas as ações da administração pública são permeadas pela questão ambiental. Obrigada.

**Cons. Carlos Sanseverino:** Secretário, eu gostaria de antes de se colocar em votação, fazer uma sugestão. Eu vou verificar o material que nós temos que veio da COP21, assim como as decisões de outras Secretarias, para encaminhar a Vossa Excelência e distribuir aos senhores Conselheiros, para um pensamento mais refletido sobre o tema. Porque na verdade, como ficou... Eu acho que, de fato, assiste razão aos colegas que estão dizendo que o assunto não deve ser aprovado de açodado. Em regime de urgência, nem a toque de caixa. Não é isso. E eu estou satisfeito em verificar que os nossos pares condebateram o tema. Quanto a ser transversal, ou ser específico, reitero, não é uma coisa que elimina a outra. Ao contrário, o ideal é que as nossas crianças tenham cada vez mais educação ambiental. E através da educação das crianças, que nós vamos mudar as gerações. Então eu retiro o pleito da moção, e encaminharei material. Solicito licença para me ausentar. Nós vamos representar a OAB em uma audiência pública com o Ministério Público de Santos. E solicito para que, a partir de agora, a OAB se faça representar pela doutora Maria Cristina Reali Esposito, tradicional representante da OAB, e que poderá muito bem representar a nossa casa. Com licença de todos. Obrigado.

**Cons. Marcelo Bernardini:** Bom dia. Marcelo Bernardini, da SMDU. Não sei nem bem por onde começar. Eu acho que a gente devia começar pelo seguinte, temos duas peças técnicas, duas legislações aprovadas. Em primeiro lugar, o Plano Diretor, que é o que dá as diretrizes para a cidade. Então, foi aprovado na Câmara, por maioria qualificada. Maioria de 2/3, portanto, eu acho que está lá. Concordemos ou não, está lá muito explícito e muito claro qual é o modelo de cidade que se pretende até a revisão do Plano Diretor, lá em 2030. A segunda peça técnica que a gente tem, bastante importante, que também foi aprovada por quórum qualificado. É a lei de zoneamento. Amplo debate na Câmara, e que está, também, ele está em... Aliás, eu queria informar os representantes da OAB que eles, de fato, o tal do decreto regulamentador já existe uma Comissão, que



tem um prazo. Foi nomeada pelo prefeito. Já está em funcionamento. Tem um prazo aí de 180 dias, para chegar a um resultado final do tal do decreto regulamentador. Isso já está então em processo, e está seguindo aí. Evidentemente, é uma peça absolutamente complexa. Então, com vários... põe complexa nisso. Principalmente porque vários artigos foram alterados. Então não é simplesmente uma adaptação da legislação antiga. Realmente, é um decreto novo. Então acho que isso já está sendo providenciado. Terceiro ponto importante é com relação aos planos das subprefeituras. A Secretaria Municipal do Planejamento, na equipe, inclusive, que eu trabalho hoje, já vem promovendo amplos debates há mais de um ano, sobre os planos das subprefeituras. Esse trabalho se iniciou com... Eu não tenho os números, que eu não sou o coordenador. Mas com um número interminável de grupos de trabalho, entre os técnicos da prefeitura, por subprefeitura, tentar montar documentos que cumpriam, entre outras coisas, o que está previsto no Plano Diretor sobre os planos das subprefeituras, que são as chamadas compatibilizações das políticas setoriais. Então, esses documentos esboçados, eles estão sendo submetidos e analisados pelos Conselhos Regionais. São 32 Conselhos. Isso está dando um trabalho infernal. Eu participei de alguns, então não posso... o meu diretor tem participado dos 32. Já participou de 27, 28, já está absolutamente exausto. Então, estão sendo feitas oficinas nas 32 subprefeituras, para discutir, e para que os Conselheiros das subprefeituras, então, apresentem as sugestões, e identifiquem um pouco, em cima de um material que já está, de certa forma, organizado, então, as sugestões das subprefeituras. A partir dessa conclusão desses documentos, isto vai ser submetido então a audiências públicas, e se espera que até o fim do ano se tenham os tais dos 32 planos das subprefeituras. Então eu queria dizer que os planos estão acontecendo. As reuniões estão sendo feitas nos Conselhos Participativos das subprefeituras, por uma questão até de ordem, de grandeza. São 32 planos. Em cada um desses Conselhos costumam participar 20 a 30 Conselheiros. Vocês imaginem a quantidade de material que está sendo processado por uma equipe interna da prefeitura. Então só queria dizer o seguinte: não está assim ao léu. Quer dizer, os trabalhos estão em andamento. Tanto o decreto regulamentador do zoneamento. Gostemos ou não do zoneamento, gostemos ou não do Plano Diretor, tenhamos várias reservas sobre o que está aí aprovado, o fato é o seguinte, foi aprovado por maioria de 2/3 na Câmara. Então nós vamos ter que lidar com isso. Essa que é a questão colocada. E com relação aos planos das subprefeituras, eles estão em andamento. Eles estão em processo de



elaboração de um documento para ser poder, então, aí abrir para uma discussão pública mais ampla e mais participativa, eu diria.

**Cons. Azzoni:** Bom dia. Azzoni, da Associação Comercial de São Paulo. Em relação à apresentação da Maralina, eu acho que assim... os Cades Regionais são importantes instrumentos para essa parte da Agenda 21, inclusive da educação ambiental. E eu sou cria, como eu sempre falei, eu sou cria dos Cadinhos. E foi feito, no segundo mandato que eu concorri, foi feito um curso que realmente fez o preparo. Inclusive, foi a Rute Cremonini que preparou. Nós tínhamos mais de 40 horas de curso presencial. Onde, aí sim, nós soubemos a nossa função. E foi um curso muito bem-feito. Dali para a frente nós conseguimos, inclusive, que me projetou para dentro do Direito Ambiental. É por aí justamente quando eu percebi a capilaridade desse Conselho. E o que aconteceu? Quando veio o Conselho Participativo, parece que deram uma importância maior para o Conselho Participativo e sumiram com os Cadinhos. E os Cadinhos, não da Secretaria. Eu digo das subprefeituras. Deram mais importância para os Conselhos Participativos, e deixaram os Cadinhos. Eu fui membro da primeira gestão dos Conselhos Participativos. Uma das funções do Conselho Participativo, justamente era a integração com os outros Conselhos, que nunca existiam. Era, simplesmente, uma sobreposição de um Conselho. Eu sou do Conselho Participativo, e vocês são do Cadinho. Eu acho assim, a questão dos Cadinhos... até quem procura a participação no Cadinho, é já voltado para essa questão ambiental nos próprios bairros. Então assim, ele é um fomentador, sim. Dali criou-se projetos como o cuidador de praças, e assim por diante, naquela época que houve. Eu acho assim, que a gente poderia voltar com essa... intensificando junto com a parte de Secretarias e subprefeituras, intensificando um pouco mais essa parte do Cadinho, porque eu lembro que a Agenda 21 andava atrelada com a gente. A Nina sempre presente. A gente fazia... Ela fazia parte de todas as reuniões, mesmo ela não sendo membro. Mas ela estava sempre junto. E nós participávamos das reuniões da Agenda 21. Então era uma coisa muito integrativa. E o quórum era sempre cheio. Então eu acho assim, a gente podia retomar esse molde como era antes. Eu acho que é essencial. Em relação à moção, eu acho assim... Eu sou professor nessa questão, e eu dou a parte, justamente, de legislação ambiental interdisciplinar. Eu dou na Engenharia, eu dou a parte de Sustentabilidade, e (incompreensível) voltados para a sustentabilidade, dentro da Engenharia Civil. E sou advogado. Eu estou lá. Interdisciplinar. E na Biomedicina, eu dou Análise Ambiental, que é justamente a parte de resíduo para o biomédico. E assim





por diante. Eu dou várias disciplinas interdisciplinares sobre a parte de Educação Ambiental, em diversas disciplinas. Então é muito assim, criar uma cadeira, eu acho meio engessar. E o que eu acho que a gente pode fazer, é justamente provocar. A ideia da moção, pelo que eu entendi, é fazer uma provocação para estimular mais isso entre dentro do sistema, como vem acontecendo. Eu fiz um projeto com o Colégio Madre Cabrini aqui na Vila Mariana. Era um projeto de matemática. Os alunos tinham que fazer, no segundo colegial, que é o segundo ano do ensino médio, eles tinham que apresentar um projeto de uma construção baseado em quê? Nos cálculos matemáticos, de ângulo, área, essas coisas. Eu fiz uma sugestão de colocar o projeto de sustentabilidade. Os alunos ficaram assim, encantados. Eles incorporaram em quatro linhas, produtos sustentáveis, eficiência energética, eficiência hídrica, e resíduos. Eles faziam as quatro linhas. E foi muito interessante, porque a pergunta que eu fazia no final da conclusão foi, o que vocês tiraram disso? Eu não sabia que eu podia fazer essa mudança. Então acho que a ideia, acho que da moção, é provocativa. A minha visão, que eu tenho da cadeira ambiental é justamente essa: a provocação. Toda vez é poder estimular cada vez mais a inserção. Eu não vejo como um engessamento. Ah, vamos criar. Vamos fazer. Porque nós temos, como a (incompreensível) falou. Tem a política nacional, nós temos a política estadual. Nós temos vários outros mecanismos que já estão sendo colocados. O que a gente está fazendo só é provocar, para estimular mais essa colocação da educação ambiental. Era essa minha colocação. Obrigado.

**Cons. Cristina Antunes:** Cristina, SAJAP. Marcelo, o que foi feito na Secretaria foi uma inversão da ordem dos fatores. A gente, para fazer o plano regional, tinha que ter começado por planos de bairro. Os planos de bairro deviam compor o plano regional. Portanto, essa discussão tinha que nascer no micro, para depois poder amarrar como um patchwork para formar os planos regionais. Os técnicos da subprefeitura passaram um ano indo, acho que uma vez por semana na Secretaria, para ver como é que isso ia ocorrer, e para fazer propostas. As propostas que foram apresentadas foram absolutamente pontuais. Não é um plano. As propostas... Estou falando de Santo Amaro. Os pontos do plano regional de Santo Amaro que foram apresentados para a gente, eram intervenções no Aeroporto de Congonhas, um corredor de parques, a Bacia do Zavuvus, o Centro Histórico de Santo Amaro, que desde que eu me dou por gente, está na mesa. Isso não é plano. Isso aqui são ações pontuais que têm que estar incluídas em um plano abrangente. Quando a gente discutiu isso com eles, a gente falou assim, e





cadê o plano de mobilidade? O plano de habitação? O plano de saúde? O plano ambiental, que têm que existir? Tinha que existir já na lei de uso e ocupação do solo. A lei de uso e ocupação do solo foi... teve um procedimento diferente do que houve anteriormente. Porque ela já definiu zoneamento. E zoneamento deveria ser definido nos planos regionais. Porque a gente teve uma pasteurização da cidade. A cidade não é igual. Cada região tem suas especificidades. E agora então, nos planos regionais, nós vamos ter um trabalho imenso para dar identidade dos bairros, das regiões, nos planos regionais. Esse trabalho que está sendo feito pelo Fábio, que está sendo realmente importante, ele vai às subprefeituras uma manhã, três horas. Três, porque a gente pediu três. Eram duas. Com as estagiárias, as residentes.

**Cons. Marcelo:** Não são estagiários. São arquitetos formados.

**Cons. Cristina Antunes:** São residentes. É. Para, em cima daquele mapa que já vem com algumas sugestões, e que não está completo, porque, por exemplo, não constam nesses mapas todos os equipamentos públicos. E constam alguns que não existem. Então é um mapa que precisa ser aperfeiçoado. E com aquelas fichas, para a gente trabalhar por distrito. As fichas têm coisas tão superficiais como, por exemplo, perguntar se você acha que uma lagoa que está junto de um parque deve ser incorporada ao parque. Isso não é plano. Isso daqui são ações pontuais. Certo? E ficamos com a promessa de, em agosto, talvez setembro, termos oficinas que sejam abertas para a comunidade. Mas sem data, sem previsão. E mais, o Fábio informa que não vão ser votados este ano os planos regionais. O que se está preparando na Secretaria é um conteúdo que possa orientar o próximo prefeito, qualquer que seja, para elaboração do plano de metas. Portanto, essa participação... A participação é o Calcanhar de Aquiles. Não é em audiência pública que se consuma a participação da sociedade civil. Não é nessas reuniões que são feitas no Conselho Participativo e que a gente, está bom, consegue fórum de chamar algumas pessoas. Mas a gente tem o cuidado de chamar pessoas técnicas, mas que não abertas para a comunidade inteira, que se consuma a participação. A gente não tem como carimbar como processo participativo alguma coisa que, na verdade, se imagina que se faça em uma audiência pública. Não se faz. A discussão tem que ser técnica. E nós já tivemos, em plano anterior, nós já tivemos, efetivamente, reuniões, oficinas temáticas conduzidas por escritórios contratados pela prefeitura. É como disse a Célia. A comunidade não tem fôlego para fazer... mesmo as



comunidades mais abastadas. Não têm fôlego para bancar 100 mil reais, de um escritório de arquitetura. Então, esse processo está todo cheio de brechas, de porosidades que roubam a consistência do projeto. Do processo. Que podia ser muito rico. E que é necessário. A gente tem que conseguir ser criativo a ponto de achar a fórmula de um processo efetivamente participativo. E quando eu falo que a gente está fazendo isso. Estamos sim, contratando um escritório. Estamos sim, contando com a Nina, que faz parte do nosso Conselho Consultivo lá na Associação. Temos essa honra. Para alimentar o Conselho Participativo, que é formado por pessoas que não têm formação técnica. E para acolher uma comunidade que não tem formação técnica, mas vive lá, e sabe quais são os problemas. Então tem que mudar essa fórmula, Marcelo. Quando você fala, é um trabalho enorme, eu imagino. Para vocês, é. Vocês estão no papel de vocês. Para nós também é um trabalho enorme. Só que todos somos voluntários, e temos carinho pelo bairro, temos carinho pela cidade, temos competência, porque vivemos lá. A gente sabe quais são os problemas. E a gente precisava que a Secretaria tivesse a receptividade para apoiar as propostas que a gente formula. E que muitas vezes, caem no vazio.

**Orador não identificado:** Bom, pela cor dos meus cabelos, você imagina que eu estou na prefeitura bem antes, desde a gestão do Jânio Quadros. Portanto, eu participei de vários desses planos, vários desses processos. Inclusive, processos muito interessantes. Inclusive, por exemplo, como na gestão da Luíza Erundina, onde tinha os núcleos regionais de planejamento, enfim. Então eu, com relação a isso, o que a gente tem a dizer é o seguinte: nós temos um documento, que é o Plano Diretor, que define algumas regras. Concordemos ou não, o que está sendo feito, de uma certa forma, é o que está colocado no Plano Diretor. Então, quem tirou a possibilidade de que o zoneamento fosse feito nos planos regionais foi o próprio Plano Diretor. E que como já disse, vou me repetir, foi votado pela câmara, enfim, foi uma opção, foi uma escolha da Câmara, que não cabe aqui... ou pelo menos não cabe a mim, que sou um técnico, questionar. Cabe cumprir o que está lá. E de uma certa forma, é o que está sendo feito. Quer dizer, nós estamos tentando implementar, da melhor forma possível, algo que no Plano Diretor, inclusive, ficou de uma forma bastante genérica, tentando interpretar, ler, da melhor forma possível, o que está sendo colocado no plano regional. No Plano Diretor, com relação ao plano regional. Com relação à participação, aí eu não tenho muito o que dizer. Quer dizer, é uma questão de política pública, que também está prevista no Plano



Diretor. Entendo muito bem o que você está falando. Percebo alguns problemas que o Plano Diretor possa ter provocado. O que o zoneamento, possivelmente, também vai vir a provocar. Mas não vejo como. Eu costumo dizer o seguinte: eu aprendi uma coisa muito importante na minha vida, que foi a diferença entre o direito público e direito privado, apesar de ser arquiteto. O direito público faz o que a lei manda. O direito privado faz o que a lei não proíbe. Então nós, do lado de cá da mesa, o que a gente faz é o que a lei manda. Aliás, hoje à tarde irei ao fórum, como testemunha de um processo da prefeitura. Então a gente faz o que a lei manda. A gente não pode interpretar a lei. Coisa que o direito privado pode fazer. Acho que têm vários advogados aqui, mais especialistas do que eu. E sabem o que isso significa.

**Cons. Cristina Antunes:** Marcelo, eu pinto cabelo. Eu tenho cabelo branco inteiro, também. E acompanhei também, desde o tempo do Jânio Quadros... Tenho, certamente, mais idade que você. E vi que houveram boas tentativas. Quando você fala agora, nesse arremate então, do direito público e do direito privado, o que sobra para nós, da sociedade civil, é tentar corrigir, usando as brechas que restam para a gente no direito privado, o que o direito público impôs. Agora, só fazer um comentário. Assisti essa semana uma entrevista com o Paulo Mendes da Rocha, falando dos planos da cidade. Não falando genericamente. E ele, com toda a autoridade que ele tem. Talvez o maior arquiteto brasileiro da atualidade, ele falou assim: não tem como resolver a cidade atendendo o mercado. Foi assim, a coroação de tudo o que a gente falou esse tempo todo. Então quando você diz: não foi aprovado na Câmara, é óbvio que é aprovado na Câmara. Não tem a menor dúvida que qualquer coisa que venha do mercado, vai ser aprovado na Câmara. Entendeu? Então têm vícios. E a gente tem que ter criatividade. A gente tem que brigar muito para conseguir mudar esses procedimentos. E mudar essa Câmara se Deus quiser.

**Secretário Rodrigo Ravena:** Vamos fazer esse debate em um outro foro. Bom, eu vou agradecer a presença de todos. Eu só queria fazer dois reparos, ou dois comentários. A gente está tentando, e a retomada da Agenda 2030, não vou mais chamar de Agenda 21, e buscando o caminho dos CADES regionais é justamente tentar fortalecer e trazer a presença da Secretaria nos CADES regionais. A gente vai fazer esse trabalho. A gente está buscando esse trabalho, a despeito de todo problema orçamentário, de falta de dinheiro. O pessoal aqui está superdisposto a fazer e a implementar. A gente está



tentando emprestar aos CADES, novamente, força e o apoio da Secretaria, nem que seja um apoio psicológico. Eu vou lá. Participo do debate. Óbvio que, como todo mundo falou aqui, não dá para comparar um extremo com o centro da cidade. Não dá para comparar São Miguel com Cerqueira César. Não dá. Impossível. É impossível. São duas cidades absolutamente diferentes. Que em tese, vão ter que se adequar a uma lei que serve a cidade toda. E aí vou fazer uma defesa. Eu acho que o Plano Diretor que nós temos é um dos mais modernos do mundo. A prefeitura de Paris copiou uma parte específica, e veio pedir para copiar. Tudo pode ser aperfeiçoado. Eu acho que a gente deu um grande passo, especialmente no que diz respeito à ocupação urbana, e a preservação de meio ambiente, com o Plano Diretor. E podia ser melhor? Podia. Tudo pode ser melhor. Mas eu acho que a gente tem que reconhecer o que é importante, e reconhecer os instrumentos legais que a gente tem, que são positivos, e a sociedade tem que ajudar a gente a aprimorar o que é possível de se desenvolver dentro do que está dado. Porque eu vou repetir, a gente têm instrumentos legais importantíssimos, que ajudam a cidade a se desenvolver, respeitando o que deve ser respeitado. Então é saber usar e saber fazer. Então a gente está tentando recapacitar os CADES, fazendo o empoderamento de posse. Fazendo o treinamento dentro do limite do que a gente pode, com a capacidade pessoal, e tem o interesse efetivo da Secretaria em dar estrutura para essas representações. E só para encerrar...

**Cons. Cristina Antunes:** Seguinte, eu paguei um mico no metrô a semana passada, porque em março eu pedi essa inclusão, esse convite ao metrô para falar do monotrilho, e não aconteceu. Mas eu inferi, ingenuamente, que já tinha sido feito o convite. E eles garantem que não. Aí falei com a Clotilde, e ela disse que de fato, ainda não tinha sido encaminhado. Mas de qualquer forma, eu recebi a informação que eu peço que seja analisada, seja verificada Rodrigo, que aquele pagamento, aquele depósito de 3 milhões que eu já falei várias vezes, que o metrô fez com relação à Linha Ouro, e à Linha 5, e que a gente nunca achou no FEMA, hoje são 25. Bom, hoje são 25 milhões. Então eu queria..

**Secretário Rodrigo Ravena:** Isso é uma coisa importante. Eu acho que isso depende da sociedade civil. Os depósitos que o governo do estado faz, em compensação ambiental são do fundo estadual, e nós não vemos a cor desse dinheiro. Não tem só o metrô. Tem o Rodoanel, tem o Rodoanel Norte. Tem um monte de dinheiro que o estado



depositou no fundo estadual, e não vem para cá. Então não adianta procurar no FEMA. Porque no FEMA você não vai achar. Não está lá. Porque eles não depositam aqui.

**Cons. Cristina Antunes:** Mais um motivo, então, para a gente verificar. Porque eles afirmam que depositaram no FEMA. Então vamos ver... Eu estou pedindo isso hoje, porque assim, na próxima reunião, quando eles vierem, essa questão já terá sido verificada. E hoje, segundo ele, são 23 a 25 milhões.

**Cons. Hélia:** Bom dia a todos. Hélia, do Departamento de Planejamento Ambiental daqui da Secretaria do Verde. Na linha também de reforçar um pouco as iniciativas que foram positivas, dos instrumentos de planejamento, tanto Plano Diretor quanto a lei de zoneamento, porque têm questões importantes, e muito benéficas aqui para a nossa cidade, eu gostaria de lembra-los que no próximo dia 30, nós teremos o lançamento do mapa dos fragmentos, dos remanescentes do bioma Mata Atlântica aqui no município de São Paulo, que integra, é um dos produtos do Plano Municipal da Mata Atlântica, que é uma das ações do Plano Diretor. Então eu acho que essa é uma questão superimportante. Nós temos o maior orgulho de estar fazendo esse lançamento agora. Foi um supertrabalho daqui, dos técnicos da Secretaria. Eu acho que é importante que todos estejam presentes lá no dia 30, entre 9h30 e meio-dia. Vai ser o lançamento, e vai ser lançado no Diário Oficial, também. E posteriormente, até o final do ano, a gente deve ter o lançamento do plano, e isso daí é um dos produtos. Mas um produto essencial, fundamental e que certamente vai servir como instrumento para discussão no âmbito dos CADES regionais, na discussão dos Conselhos Participativos, na discussão da formulação dos planos regionais das subprefeituras. Eu também reforço aqui, fortaleço as falas que tiveram no sentido de se estabelecer um programa de capacitação dos Cades Regionais, incluindo, eu acho que tem, nesse programa de capacitação também, já pode se incluir como tema a discussão sobre os planos regionais das subprefeituras. Então, reforço o convite para todos. Vai ser na UMAPAZ. Obrigada.

**Cons. Célia Marcondes:** Só para reforçar o que disse a Cristina, eu sou Célia Marcondes. Pedimos que o estado venha aqui prestar contas disso que você já pediu, que é importantíssimo. Além disso, nós temos o Rodoanel, que tem que ser claro e objetivo. O princípio da transparência. E, além disso, tem a Marginal, ampliação da Marginal Tietê, que até hoje, não recebemos prestação de contas. Então, senhor Secretário, que seja pedido para que o Estado venha aqui explicar as três compensações



claramente. Onde está o dinheiro, o que fizeram, o que ainda há para fazer, e o período que eles têm que fazer. Então nós reforçamos aí o seu trabalho, porque o que eles devem para a cidade de São Paulo têm que ser feito aqui, na cidade de São Paulo. Assim como a compensação ambiental lá de Itaquera tem que ser resolvida em Itaquera. Dos Jardins, nos Jardins. Ou seja, deve para mim, paga para mim. Não para os meus vizinhos. Então eu acho que é um momento especial para que o Estado venha e preste esta informação. Não só para o senhor Secretário, para a Secretaria, mas para o Conselho da cidade de São Paulo, que exige, pelo princípio da transparência, que seja claro, transparente e objetivo. Obrigada.

**Secretário Rodrigo Ravena:** Só para ressaltar, e depois eu passo para você. A Secretaria do Verde e do Meio Ambiente tem primado pela cobrança das compensações, e pela fiscalização. Está virando lenda urbana que a gente não fiscaliza nada. É mentira. Eu quero que isso fique gravado. É mentira. Todos os termos de compensação são fiscalizados *in loco*. O Secretário e a Secretária Adjunta não têm mais carros. Os carros servem para esta fiscalização. E nós estamos cobrando a Dersa. Ontem estavam em reunião. Um diretor estava em reunião comigo ontem. Tratando das compensações da Água Espriada. Então não tem ninguém parado. Nós estamos cobrando. O que a gente precisa é da pressão não aqui. A gente precisa da pressão no governo do estado. Eu preciso que a população faça pressão lá no governo do estado. A pressão sobre a prefeitura está feita. E a gente já comprou. Nós vamos brigar sim. Eu quero que eles venham prestar contas, não para mim. Não precisa prestar contas para mim. Precisa prestar contas para a sociedade. Precisa explicar para a sociedade o que está sendo feito ou não para a prefeitura. Porque a prefeitura não é da prefeitura. A prefeitura é da população. Logo, se deixarem de cumprir as compensações, quem sofre é a cidade. Então isso está sendo cobrado. A gente tem uma movimentação encaminhada aí, junto à Dersa, junto à Sabesp, junto aos órgãos estaduais, que têm débitos ambientais para com a cidade, para que venham prestar contas primeiro, obviamente, em uma conversa com a Secretaria. Mas em um segundo momento, com certeza, para a sociedade. Então isso vai ser cobrado. Está sendo cobrado. E a gente precisa deixar claro que não tem omissão nenhuma. Aqui não tem ninguém protegendo Dersa, nem o metrô, nem a Sabesp. Eu quero que eles cumpram. Está escrito, cumpre. Diz que vai fazer, faz. Nós temos discussões ainda da compensação ambiental do Rodoanel Sul, que estão encaminhadas e nós estamos cobrando. Enquanto eu não entregar, eu não recebo. Não



sou nem eu, os técnicos não recebem. A equipe da Secretaria é muito boa nesse ponto. Quer dizer, não entregou, está faltando. Devolve. Faz de novo. Então isso eu queria que ficasse claro para todo mundo, que a gente está atuando pesadamente no sentido de cobrar as compensações efetivas do governo do estado. Independentemente de questão de partido ou não. É pela questão da obrigação de estar fazendo a compensação que deve ser feita. Não adianta plantar em Cotia. Ele fez aqui, faz aqui.

**Cons. Murilo:** Murilo, sou superintendente do Ibama São Paulo, representando aqui o Ministério do Meio Ambiente. É rápido, Secretário. Só aproveitar a questão da capacitação dos Conselheiros. No ano de 2003, 2004, quando existia ainda aquela comissão tripartite, foi realizado um plano e uma capacitação grande com dinheiro até do próprio Ministério. Na época, pelo CEPAM, para formação específica de Conselheiros de diversos municípios. Este programa, ele está pronto. Ele tem material. Ele está preparado. E isso talvez pudesse ser resgatado e trazido para a utilização nessa capacitação. Então eu me comprometo aqui, a fazer esse resgate. E a próxima reunião aqui do CADES, eu trago isso para apresentar a todos os senhores.

**Cons. Andréa:** Andréa, da SMT. Como a Cristina citou a questão do zoneamento, e no entendimento dela, da falta de planejamento, eu só queria deixar registrado que a SMT, junto com a CET, e a São Paulo Transporte, desenvolveu o PlanMob – Plano de Mobilidade de São Paulo, que faz parte do Plano Diretor. E embora eu conheça a Cristina já há 14 anos, sei que ela tem inúmeras críticas em relação a isso. Mas eu acho que no detalhe, para o plano regional, podem ter questões a serem discutidas. Mas o planejamento da cidade, do ponto de vista de trânsito e transporte está atendido com o PlanMob. E isso é parte do Plano Diretor, e eu queria só deixar registrado.

**Secretário Rodrigo Ravena:** Mais alguém? Então agradeço a todos. Eu acho que para mim, a coisa mais agradável é eu estar no debate. Eu adoro estar aqui discutindo. Eu acho que isso enriquece todo mundo. Então queria agradecer. Declarar encerrada essa reunião, e convocá-los para a próxima 181ª Reunião Plenária. Antes de terminar, alguma sugestão de pauta, além da sugestão sobre o metrô. Obrigado. Bom dia, e até a próxima.





---

**RODRIGO PIMENTEL PINTO RAVENA**

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente  
e Desenvolvimento Sustentável – CADES  
Secretário Municipal do Verde e do Meio Ambiente

**Conselheiros presentes:**

ALESSANDRO LUIZ OLIVEIRA AZZONI	KARINE PIEDADE PEDROSA
ANGELA MARIA BRANCO	LYGIA CECÍLIA CUNHA
ANDRÉA FRANKLIN SILVA VIEIRA	MARCELO DE MENDONÇA BERNARDINI
CARLOS ALBERTO MALUF SANSEVERINO	MARCOS MOLITERNO
CÉLIA MARCONDES	MARIA CRISTINA REALI ESPÓSITO
CRISTINA ANTUNES	MAURO PEREIRA DE PAULA JUNIOR
EDUARDO COELHO E MELLO AULICINO	MURILO REPLE PENTEADO ROCHA
FABIO DE ALENCAR IORIO	OSVALDO FIGUEIREDO MAUGERI
FABIO PICCININI	ROSANA FRIESS
FRANCISCA RAMOS DE QUEIROZ	SOLANGE CRISTINA RIBEIRO
GEORGE DOI	SUELI RODRIGUES
HÉLIA MARIA S. B. PEREIRA	

**CONSELHEIROS SUPLENTE PRESENTES:**

CRISTIANE LIMA CORTEZ / DÍLSON FERREIRA / DOMINGOS LEÔNCIO PEREIRA / FABIANE DELLA  
FLRA OLGUIN / MÔNICA MASUMI HOSAKA.

**CONSELHEIROS COM JUSTIFICATIVA DE AUSÊNCIA:**

ALINE PACHECO PELUCIO / ANDREA MEDOLAGO DE MEDEIROS / JETER LUIZ GOMES / MARIA  
HELENA BRAGA BRASIL / RITA DE CÁSSIA MONTEIRO DE LIMA.

**SECRETÁRIA EXECUTIVA:**

CLOTILDE SANTOS